

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

A Brasilcap completou 17 anos em 2012, manteve a liderança do setor de capitalização e consolidou a comercialização do Cap Fiator pelo País. O título, que funciona como alternativa atraente de garantia locatícia, intensifica negócios para fora do canal Banco do Brasil e continua sua trajetória de expansão.

O faturamento no período foi de aproximadamente R\$ 3,9 bilhões, incremento de 18% em relação ao ano anterior - volume que superou a evolução registrada pelo mercado de capitalização. Em outubro, a Brasilcap registrou recorde de R\$ 379,8 milhões em faturamento. O desempenho ao longo do ano contribuiu para o Lucro Líquido de 163,4 milhões, o 3º maior da história. As reservas técnicas atingiram aproximadamente R\$ 6,5 bilhões em 2012, crescimento de 23% em relação ao exercício anterior. O valor dos ativos totais chegou a R\$ 7,3 bilhões, com incremento de 18% em relação ao último ano.

Cabe ressaltar que as reservas da Companhia são administradas de acordo com as melhores práticas de gestão de Ativos, Passivos e de Riscos. Isso garante a capacidade financeira de honrar todos os seus compromissos, inclusive levando até os seus vencimentos os títulos marcados nessa categoria, de acordo com os preceitos das Circulares SUSEP nº 379 (2008) e 430 (2012).

A Brasilcap obteve outras importantes conquistas em 2012. A Companhia recebeu pelo segundo ano consecutivo, o Certificado Empresa Cidadã, conferido pelo Conselho Regional de Contabilidade do Rio de Janeiro (CRCRJ). Outra eleição, organizada pelo veículo Information Week, colocou a Companhia novamente como uma das 100 mais inovadoras no uso de Tecnologia da Informação. A Brasilcap também foi lembrada no anuário Valor 1000, do jornal Valor Econômico, como a maior empresa de capitalização do País. Já em relação aos prêmios do setor, a Companhia conquistou dois troféus de renome: Empreendedor Brasil e Segurador Brasil. O desempenho da Brasilcap se reflete nos prêmios distribuídos, que ajudaram a realizar os sonhos de clientes dos quatro cantos do

País. Entre os meses de janeiro e dezembro, foram entregues mais de R\$ 111,3 milhões a aproximadamente 20 mil clientes.

Ato Societários

Em Assembleia Geral Extraordinária - AGE - realizada em 15/06/2011, foi alterado o estatuto social no que diz respeito à permissão de converter as ações ordinárias em ações preferenciais na proporção de 1 (uma) ação ordinária para 1 (uma) ação preferencial. Em 15/07/2011, os acionistas BB Seguros Participações S.A. e Sul America Capitalização S.A. exerceram o direito de conversão de suas ações ordinárias em ações preferenciais.

Conforme fato relevante comunicado pelo Banco do Brasil em 24 de janeiro de 2011, a sua subsidiária integral - BB Seguros Participações S.A. - adquiriu a participação de 16,67% da Sul America Capitalização S.A., sendo que a liquidação financeira ocorreu em 22/07/2011. A composição acionária resultante encontra-se explicitada nas notas explicativas nº 1 Contexto Operacional e nº 16.1 Capital Social.

Agradecimentos

Agradecemos a todos que apoiaram as iniciativas da Companhia, transformando em realidade os nossos projetos. Reservamos um agradecimento especial aos clientes, aos acionistas, à força de vendas do Banco do Brasil, dos novos parceiros e a todos os colaboradores.

Rio de Janeiro, 15 de janeiro de 2013
A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Em milhares de Reais)

ATIVO	2012	2011
		Reclassificado
CIRCULANTE	5.076.998	4.771.985
DISPONÍVEL	2.378	654
Caixa e Bancos	2.378	654
APLICAÇÕES (Nota 6)	5.036.669	4.730.058
TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER	36.515	39.502
Títulos e créditos a receber (Nota 9)	1.790	6.588
Créditos tributários e previdenciários (Nota 10)	34.318	31.635
Outros créditos	407	1.279
DESPESAS ANTECIPADAS	1.436	1.771
ATIVO NÃO CIRCULANTE	2.203.740	960.290
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	2.184.636	939.659
APLICAÇÕES (Nota 6)	1.712.717	552.500
TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER	471.919	387.159
Créditos tributários e previdenciários (Nota 10)	58.882	48.477
Depósito judiciais e fiscais (Nota 11)	413.037	338.682
INVESTIMENTOS	1.293	2.767
Imóveis destinados a renda	248	270
Outros investimentos	1.045	2.497
IMOBILIZADO (Nota 12)	8.638	7.738
Imóveis de uso próprio	248	297
Bens móveis	8.024	6.975
Outras imobilizações	366	466
INTANGÍVEL (Nota 12)	9.173	10.126
TOTAL DO ATIVO	7.280.738	5.732.275

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

PASSIVO	2012	2011
		Reclassificado
CIRCULANTE	6.587.006	5.109.708
CONTAS A PAGAR (Nota 13)	127.936	116.799
Obrigações a pagar	13.570	9.845
Impostos e encargos sociais a recolher	864	1.282
Encargos trabalhistas	2.048	2.102
Imposto de renda e contribuição social	89.361	86.573
Outras contas a pagar	22.093	16.997
DÉBITOS DE OPERAÇÕES COM CAPITALIZAÇÃO	493	214
Débitos operacionais	117	177
Outros débitos operacionais	376	37
PROVISÕES TÉCNICAS - CAPITALIZAÇÃO (Nota 14)	6.458.577	4.992.695
Provisão para resgates	6.234.478	4.819.752
Provisão para sorteios	124.300	96.538
Outras Provisões	99.799	76.405
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	458.342	378.859
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	458.342	378.859
CONTAS A PAGAR	1.332	1.657
Outras contas a pagar	1.332	1.657
OUTROS DÉBITOS (Nota 11)	457.010	377.202
Provisões fiscais	456.511	376.695
Provisões trabalhistas	190	229
Provisões civis	288	175
Outras provisões	21	103
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 15)	235.390	243.708
Capital social	79.054	79.054
Reservas de capital	7.552	7.552
Reservas de lucros	148.784	157.102
TOTAL DO PASSIVO	7.280.738	5.732.275

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Em milhares de Reais, exceto lucro líquido por ações em Reais)

RECEITAS LÍQUIDAS COM TÍTULOS DE CAPITALIZAÇÃO	2012	2011
		Reclassificado
Arrecadação com título de capitalização	3.864.822	3.287.767
Variação da provisão para resgate	(3.228.612)	(2.737.419)
VARIACÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS	(40.557)	(58.961)
Resultado com outras provisões técnicas	(40.557)	(58.961)
RESULTADO COM SORTEIO	(138.538)	(100.834)
CUSTO DE AQUISIÇÃO (Nota 17)	(260.472)	(210.233)
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS (Nota 17)	(2.514)	(8.368)
Outras receitas operacionais	2.793	2.257
Outras despesas operacionais	(5.307)	(10.625)
DESPESAS ADMINISTRATIVAS (Nota 17)	(75.632)	(78.133)
Pessoal próprio	(32.731)	(36.601)
Serviços de terceiros	(18.243)	(18.501)
Localização e funcionamento	(16.081)	(11.884)
Publicidade e propaganda	(4.062)	(2.858)
Publicações	(740)	(765)
Donativos e contribuições	(3.324)	(2.509)
Despesas administrativas diversas	(451)	(5.015)
DESPESAS COM TRIBUTOS (Nota 17)	(24.771)	(20.927)
RESULTADO FINANCEIRO	182.992	202.424
Receitas financeiras (Nota 17)	609.544	579.538
Despesas financeiras (Nota 17)	(426.552)	(377.114)
RESULTADO PATRIMONIAL (Nota 17)	(1.312)	130
Receitas com Imóveis de renda	162	151
Despesas com Imóveis destinados a renda	(22)	(21)
Redução ao valor recuperável	(1.452)	-
RESULTADO OPERACIONAL	275.406	275.446
GANHOS E PERDAS COM ATIVOS NÃO CORRENTES (Nota 17)	(88)	(105)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES	275.318	275.341
IMPOSTOS, CONTRIBUIÇÕES E PARTICIPAÇÕES SOBRE O LUCRO	(111.947)	(110.265)
Imposto de renda (Nota 10.C)	(66.824)	(67.559)
Contribuição social (Nota 10.C)	(41.785)	(38.479)
Participação sobre o resultado	(3.338)	(4.227)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	163.371	165.076
Quantidade de ações	324.000.000	324.000.000
Lucro por ação	0,5042	0,5095

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 (Em milhares de Reais)

LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	2012	2011
AJUSTES PARA:	163.371	165.076
Depreciações e amortizações	12.870	5.148
Perda por redução do valor recuperável dos investimentos	6.121	3.919
Perda na alienação de imobilização e intangível	1.452	-
Variação monetária de longo prazo	88	106
VARIAÇÃO DAS CONTAS PATRIMONIAIS	3.207	(74.293)
Ativos financeiros	(1.466.827)	(893.023)
Créditos das operações de capitalização	5.670	(6.418)
Créditos fiscais e previdenciários	(2.683)	1.200
Ativo fiscal diferido	(10.405)	(20.405)
Depósitos judiciais e fiscais	(72.996)	(59.494)
Despesas antecipadas	335	133
Fornecedores	3.725	(8.270)
Impostos e contribuições	2.316	19.594
Outras contas a pagar	5.096	10.047
Débitos de operações com capitalização	279	167
Provisões técnicas - capitalização	1.465.882	798.770
Provisões judiciais	73.240	82.103
Outros passivos	(325)	1.303
CAIXA GERADO NAS OPERAÇÕES	179.548	95.931
CAIXA LÍQUIDO GERADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	179.548	95.931
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
(-) Pagamento pela compra de ativo permanente:		
Imobilizado	(3.971)	(1.323)
Intangível	(2.164)	(6.729)
CAIXA LÍQUIDO (CONSUMIDO) NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(6.135)	(8.052)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio	(171.689)	(87.613)
CAIXA LÍQUIDO (CONSUMIDO) NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(171.689)	(87.613)
AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	1.724	266
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	654	388
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FINAL DO EXERCÍCIO	2.378	654

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 (Em milhares de Reais)

Saldos em 31 de dezembro de 2010	Reserva de capital		Reservas de lucros			Lucros acumulados	Total
	Capital social	Doa e subvenções	Reserva legal	Outras reservas de lucros	Total		
79.054	7.552	15.811	63.534	79.345	-	165.951	
Pagamento de dividendos complementares exercício 2010	-	-	(23.202)	(23.202)	-	(23.202)	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	165.076	165.076
Destinação lucro líquido do exercício:							
- Dividendos Antecipados	-	-	-	-	(64.117)	(64.117)	
- Dividendos Adicionais Propostos	-	-	81.635	81.635	(81.635)	-	
- Constituição de Reservas de Lucros	-	-	19.324	19.324	(19.324)	-	
Saldos em 31 de dezembro de 2011	79.054	7.552	15.811	141.291	157.102	-	243.708
Pagamento de dividendos complementares exercício 2011	-	-	-	(81.635)	(81.635)	-	(81.635)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	163.371
Destinação lucro líquido do exercício:							
- Dividendos Antecipados	-	-	-	-	(90.054)	(90.054)	
- Dividendos Adicionais Propostos	-	-	-	65.000	65.000	(65.000)	-
- Constituição de Reservas de Lucros	-	-	-	8.317	8.317	(8.317)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2012	79.054	7.552	15.811	132.973	148.784	-	235.390

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 (Em milhares de Reais)

	2012	2011
Lucro líquido do exercício	163.371	165.076
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	163.371	165.076

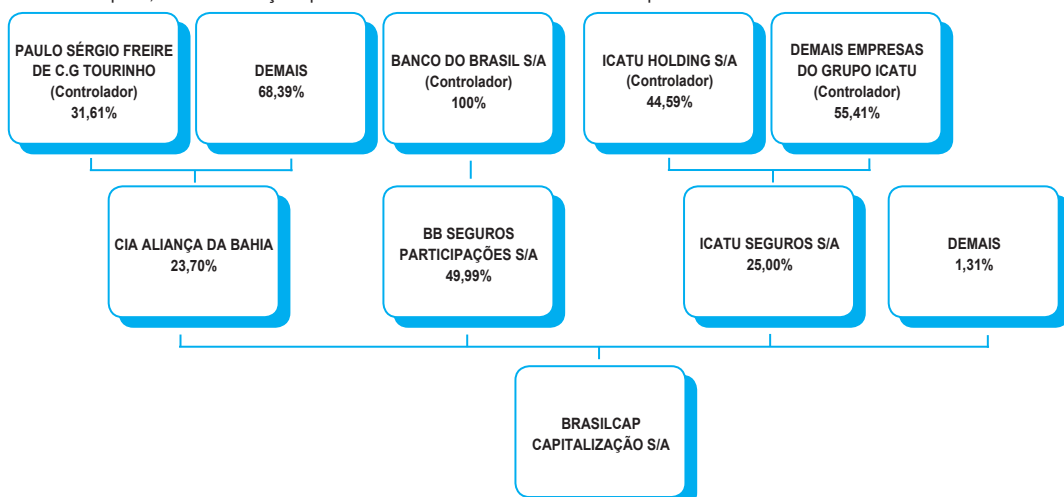
As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 (Valores expressos em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Brasilcap Capitalização S.A., denominada "Companhia" ou "Brasilcap", é uma sociedade por ações, sediada no Rio de Janeiro, situada à Rua Senador Dantas, 105 - 9º e 10º andares, Centro, autorizada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) a comercializar planos de capitalização, bem como os demais produtos e serviços admitidos às sociedades de capitalização. A Companhia iniciou suas atividades em julho de 1995 e opera em todas as unidades da federação, sendo o principal canal de distribuição a rede de agências do Banco do Brasil acionista controlador do BB Seguros e Participações S.A.

A Brasilcap Capitalização S.A. tem como principais acionistas (Ações Ordinárias - ON), o BB Seguros e Participações S.A. com 49,99%, Icatu Seguros S.A. com 25,00%, Companhia de Seguros Aliança da Bahia com 23,70% e demais acionistas com 1,31%. A composição acionária completa, incluindo as ações preferências está demonstrada na Nota Explicativa nº 15.1.



2. APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Base de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que tenham sido referendados pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e normas do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e da própria SUSEP, vigentes na data de publicação dessas demonstrações financeiras.

Em 05 de março de 2012, a SUSEP emitiu a Circular N° 430, que, dentre outros assuntos, altera o plano de contas, modelos de divulgação das demonstrações financeiras e informações mínimas para notas explicativas, contidas nas Circulares SUSEP N° 379 de 19 de dezembro de 2008.

Nas presentes demonstrações financeiras, o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 está sendo apresentado comparativamente aos valores referentes ao último balanço anual, com data base de 31 de dezembro de 2011, assim como as demonstrações de resultados, de resultados abrangentes, as demonstrações das mutações do patrimônio líquido, demonstrações dos fluxos de caixa da Companhia estão apresentadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011. Em razão das alterações ocorridas no plano de contas mencionadas no parágrafo acima, demonstramos a seguir os valores reclassificados para efeito de comparabilidade do balanço patrimonial e demonstração de resultado, não havendo impactos em exercícios anteriores, dessa forma não estamos apresentando a 3ª coluna (01/01/2011) do balanço.

ATIVO	BALANÇO PATRIMONIAL		
	31/12/2011	Ajuste	31/12/2011 (Reclassificado)
CIRCULANTE	4.740.663	31.322	4.771.985
TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER	8.180	31.322	39.502
Créditos tributários e previdenciários (Nota 10)	313	31.322	31.635
DEMAIS ATIVOS	4.732.483	-	4.732.483
ATIVO NÃO CIRCULANTE	960.290	-	960.290
TOTAL DO ATIVO	5.700.963	31.322	5.732.275
PASSIVO	BALANÇO PATRIMONIAL		
	31/12/2011	Ajuste	31/12/2011 (Reclassificado)
CIRCULANTE	5.078.386	31.322	5.109.708
CONTAS A PAGAR (Nota 14)	85.477	31.322	116.799
Impostos e contribuições	55.251	31.322	86.573
DEMAIS PASSIVOS	4.992.909	-	4.992.909
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	378.869	-	378.859
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	243.708	-	243.708
TOTAL DO PASSIVO	5.700.963	31.322	5.732.275

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 (Valores expressos em milhares de Reais)

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Circular SUSEP 379/08	Circular SUSEP 430/2012	Circular	
		379/2008 31/12/2011	430/2012 31/12/2011
			Reclassifi- cado
RECEITAS LÍQUIDAS COM TÍTULOS DE CAPITALIZAÇÃO	RECEITAS LÍQUIDAS COM TÍTULOS DE CAPITALIZAÇÃO	3.228.806 (2.678.458)	550.348
Receita com títulos de capitalização	Arrecadação com títulos de capitalização	3.298.374 (10.607)	3.287.767
Devolução e cancelamento de títulos de capitalização		(10.607)	10.607
Variação das provisões técnicas	Variação da provisão para resgate	(58.961) (2.678.458)	(2.737.419)
	VARIAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS	- (58.961)	(58.961)
DESPESAS COM TÍTULOS RESGATADOS E SORTEADOS	RESULTADO COM SORTEIO	(2.838.253) 2.737.419	(100.834)
Despesas com resgates		(2.737.419)	-
Despesas com sorteios		(100.834)	(100.834)
DESPESAS DE COMERCIALIZAÇÃO	CUSTO DE AQUISIÇÃO	(210.233)	(210.233)

Todas as práticas contábeis e critérios de apuração de apuração relevantes para as demonstrações financeiras foram aplicados em sua elaboração (Vide nota 3).

2.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Os instrumentos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado; e
- Os instrumentos financeiros derivativos mensurados a valor justo.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e corresponde ao ambiente econômico de atuação da Companhia. Todas as informações estão expressas em milhares de Reais e arredondadas para o milhar mais próximo.

2.4. Conclusão das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em reunião datada de 15 de janeiro de 2013.

2.5. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas CPC, SUSEP e CNSP requer que a Administração faça estimativas, julgamentos e premissas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, as receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos passivos relacionados às provisões técnicas e ao valor do desembolso provável refletidos na provisão para ações judiciais e da apuração de demais saldos sujeitos a esta avaliação.

Revisões contínuas são feitas sobre as estimativas e premissas, e o reconhecimento contábil de efeitos que, porventura surjam, são efetuados no resultado do período em que as revisões ocorrem.

Informações adicionais sobre as estimativas encontram-se nas seguintes notas:

- Provisões técnicas (vide notas nº 3.9 e 14);
- Avaliação do valor justo de determinados instrumentos financeiros (vide nota nº 6);
- Avaliação pelo custo amortizado das provisões judiciais (vide notas 3.10 e 11); e
- Reconhecimento e avaliação de impostos diferidos (vide nota nº 10).

2.6. Gestão de capital

Na gestão do capital, a Companhia observa a alocação de capital baseado em risco, conforme definido nas Resoluções nº 226, 227 e 228 do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, tendo como objetivo manter o PLA – Patrimônio Líquido Ajustado acima do CMR – Capital Mínimo Requerido.

Nas últimas datas base a solvência da Companhia apresentava-se conforme o quadro abaixo:

Valores em milhares de R\$	31/12/2012	31/12/2011
CMR – Capital Mínimo Requerido	169.958	149.039
Capital Base	10.800	10.800
Capital Adicional	159.158	138.239
para risco de subscrição CASubs	-	-
para risco de crédito CAcred	159.158	138.239
PLA – Patrimônio Líquido Ajustado * (1)	224.776	231.806
Excedente de Capital (PLA - CMR)	54.818	82.767
Solvência de:	32%	56%

* De acordo com a Res. CNSP 222/10 - vigência a partir de janeiro/2011

(1) Vide cálculo do PLA na nota explicativa nº 16.

O conceito de solvência está presente nas Resoluções CNSP 227 e 228 e corresponde ao percentual do capital que excede ao exigido por aqueles normativos.

Valores em milhares de R\$

	31/12/2012	31/12/2011
PL Total	235.390	243.708
PL Mínimo para Sorteio	161.000	161.000
Excedente de Capital para Sorteio	74.390	82.708
Suficiência do PL para Sorteio	46%	51%

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras.

3.1. Resumo das principais práticas contábeis

As práticas contábeis mais relevantes adotadas são:

3.1.1. Apuração do resultado

As receitas de Capitalização são reconhecidas no resultado a partir da data de emissão quando se trata de Produto de Pagamento Único (PU) ou da 1ª parcela de Produto de Pagamento Mensal (PM) ou Periódico (PP) e recebimento dos títulos de capitalização nas demais parcelas de produtos PM ou PP. O reconhecimento das despesas de provisão matemática para resgates, provisão para sorteio e demais custos de aquisição necessários à comercialização dos títulos, acompanham a forma de contabilização da receita. A Companhia por meio de estudo técnico, comprovou que não há necessidade de diferir as receitas de títulos de pagamento único - PU, uma vez que as despesas residuais subsequentes à emissão dos títulos são irrelevantes.

3.1.2. Balanço patrimonial

Os direitos realizáveis e as obrigações exigíveis após 12 meses são classificados no ativo e passivo não circulante, respectivamente.

Os ativos e passivos sujeitos à atualização monetária são atualizados com base nos índices definidos legalmente ou em contratos.

3.2. Instrumentos financeiros**• Classificação e mensuração**

Em atendimento aos Pronunciamentos Técnicos CPC's 38, 39 e 40, a Companhia efetuou a avaliação de seus instrumentos financeiros, inclusive derivativos. Os ativos financeiros são classificados e mensurados conforme descritos a seguir:

• Caixa e equivalente de caixa (disponível)

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação e que tenham objetivo de cumprir pagamentos de curto prazo. Limites de créditos bancários que tenham de ser pagos à vista e que façam parte integrante da gestão de caixa da Companhia são incluídos como um componente das disponibilidades para fins da demonstração dos fluxos de caixa.

• Títulos e valores mobiliários mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os títulos e valores mobiliários, adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, são contabilizados pelo valor de custo acrescido dos rendimentos auferidos no período, ajustados ao valor justo e classificados no ativo circulante. Os rendimentos, as valorizações e desvalorizações sobre esses títulos e valores mobiliários são reconhecidos no resultado.

• Títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento

Os títulos e valores mobiliários para os quais a Brasilcap possui a intenção e a capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento são contabilizados pelo valor de custo acrescido dos rendimentos auferidos no período, que são reconhecidos no resultado.

• Empréstimos e recebíveis

São ativos financeiros representados pelos títulos de capitalização a receber e demais contas a receber, que são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido dos custos das transações. Após o reconhecimento inicial, esses ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado ajustado, quando aplicável, por reduções ao valor recuperável.

• Instrumentos financeiros derivativos

São classificados no ativo ou passivo circulante como títulos e valores mobiliários mensurados ao valor justo por meio do resultado, sendo compostos por opções, swaps e contratos futuros.

3.3. Créditos tributários

Os créditos tributários de imposto de renda e de contribuição social diferidos foram constituídos com base nas alíquotas vigentes na data-base das demonstrações financeiras.

3.4. Investimentos

Os investimentos são demonstrados ao custo de aquisição deduzido quando aplicável, de provisão para eventuais perdas na sua realização.

3.5. Imobilizado

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, se houver.

A administração com base no histórico de perdas da Companhia, para atendimento ao CPC 01, aprovado pela Circular Nº 424/2011 e 430/2012, entende que não há indicadores de perda do valor recuperável dos mesmos, bem como estes são realizáveis em prazos satisfatórios.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas de depreciação aplicadas estão ligadas à vida útil econômica dos bens.

Os métodos de depreciação, às vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro, e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

3.6. Intangível

Os itens do ativo intangível são representados por gastos com desenvolvimento e implantação de sistemas, sendo amortizados por um prazo de 5 anos, a partir da data de sua utilização.

3.7. Redução ao valor recuperável

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados, que podem ser estimados de uma maneira confiável.

3.8. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

As provisões para imposto de renda e para contribuição social correntes foram calculadas considerando para o IRPJ a alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido de 10% sobre a parcela excedente a R\$ 240 ao ano, e para a CSLL a alíquota de 15% sobre o lucro antes do imposto de renda.

As provisões para imposto de renda e para contribuição social diferidos são reconhecidas, em sua totalidade, pelas alíquotas vigentes sobre as diferenças temporárias.

3.9. Provisões técnicas**3.9.1. Provisão matemática para resgates**

A provisão matemática para resgate é calculada sobre o valor nominal dos títulos, atualizada e capitalizada com base em notas técnicas atuariais aprovadas pela Susep (Superintendência de Seguros Privados). A metodologia de cálculo desta provisão consiste na constituição de um montante calculado através dos percentuais de cotas de capitalização, aplicáveis sobre o(s) pagamento(s) efetuado(s), e mensalmente capitalizado pela taxa de juros definida no plano e atualizado pela taxa de remuneração básica aplicada à caderneta de poupança, gerando o valor de resgate do título.

3.9.2. Provisão para resgates de títulos vencidos e antecipados

As provisões para resgate de títulos vencidos e antecipados são constituídas pelos valores de saldo de resgate dos títulos com prazos de capitalização finalizados e rescindidos, atualizados monetariamente no período entre a data do direito do resgate e a efetiva liquidação. A metodologia de cálculo desta provisão consiste na atualização do saldo de resgate dos títulos, que equivale ao saldo da provisão matemática para resgates na data do evento gerador, atualizado pela taxa de remuneração básica aplicada à caderneta de poupança, conforme definida no plano, até a data do efetivo pagamento do valor resgatado ao titular. Entende-se como data do evento gerador, no caso de títulos vencidos, a data de final de vigência e, para títulos antecipados, a data de solicitação de resgate ou a data de cancelamento após o prazo de suspensão.

3.9.3. Provisão para sorteio a realizar

Os valores destinados à constituição da provisão para sorteio a realizar foram calculados sobre o valor nominal dos títulos, com base em notas técnicas atuariais aprovadas pela SUSEP, e a baixa da provisão de sorteio a realizar foi registrada pelo valor equivalente ao valor decorrido, ou seja, o saldo da provisão para sorteio a realizar representa os valores custeados dos sorteios ainda não realizados. A metodologia de cálculo desta provisão consiste na acumulação de aportes que provêm de percentual(ais) de cota(s) de sorteio(s) aplicáveis sobre o(s) pagamento(s), conforme estabelecido(s) no plano, e de baixas que provêm do valor equivalente ao risco decorrido. Essa provisão é mensalmente capitalizada e atualizada pelas respectivas taxas de juros e de atualização definidas no plano.

3.9.4. Provisão para sorteio a pagar

A provisão de sorteio a pagar é constituída pelos valores das premiações dos títulos contemplados em sorteios, atualizados monetariamente no período entre a data do sorteio e a efetiva liquidação. A metodologia de cálculo desta provisão consiste na constituição dos valores das premiações dos títulos contemplados em sorteios, no período entre a data do sorteio e a data da efetiva liquidação, atualizados monetariamente pela taxa de remuneração básica aplicada à caderneta de poupança.

3.9.5. Outras provisões - contingências

A contingência para sorteios é constituída com o objetivo de suprir eventual insuficiência identificada quando da realização do sorteio, sendo atualizada monetariamente pela TR. O cálculo da Provisão de Contingência de Sorteios baseia-se na seguinte metodologia: analisar a diferença entre o montante das baixas mensais da Provisão de Sorteios a Realizar e o montante de sorteios realizados no mês. Quando o valor do primeiro é superior ao do segundo, a diferença é aportada à Provisão de Contingência de Sorteios, que é atualizada mensalmente pela Taxa de Remuneração Básica aplicada à caderneta de poupança. Caso contrário, o valor da diferença é baixado da provisão a fim de suprir um eventual déficit.

A provisão de fidelização, ou "bônus", tem como objetivo garantir a distribuição de bônus aos clientes que permanecerem até o fim da vigência dos títulos de capitalização que em nota técnica atuarial possuem esta previsão. A metodologia de cálculo da provisão de bônus consiste no acúmulo de aportes mensais que provêm de 50% (metade) da atualização da provisão matemática para resgate.

A provisão de renda variável, classificada no grupo de provisões para contingência, representa uma parte do resgate do título de capitalização vinculada a um fundo de investimento em ações. A sua variação é constituída pelos aportes mensais e pela oscilação das cotas do respectivo fundo. A metodologia de cálculo da provisão de renda variável consiste no acúmulo de aportes que provêm de percentual(ais) aplicável(eis) sobre o(s) pagamento(s), que são convertidos em cotas do fundo de ações, na data estabelecida no plano, sofrendo a variação dos índices referentes à essas cotas.

3.9.6. Prescrição de títulos de capitalização

A Companhia movimenta, nas provisões para resgates de títulos vencidos, antecipados e de sorteio a pagar, a baixa dos valores prescritos atendendo às disposições previstas no Código Civil.

3.10. Provisões para ações judiciais

As provisões para as ações judiciais relacionadas a tributos, contribuições e outras obrigações de natureza fiscal, objeto de contestação judicial, são reavaliadas periodicamente e atualizadas mensalmente pela TR ou pela SELIC, conforme legislação vigente, e são contabilizadas com base nas opiniões do Departamento Jurídico interno, dos consultores legais independentes e da Administração sobre o provável resultado dos processos judiciais. As provisões são constituídas quando a Administração avalia que uma saída de recursos é provável de ocorrer até o encerramento dos processos judiciais e seu valor possa ser razoavelmente estimado. Os valores referentes aos questionamentos relativos à ilegalidade ou inconstitucionalidade de tributos, contribuições e outras obrigações de natureza fiscal estão contabilizados na rubrica Outros Débitos - Provisões Fiscais, no passivo não circulante. Os correspondentes depósitos judiciais estão contabilizados na rubrica Depósitos Judiciais e Fiscais, no ativo não circulante, e são atualizados monetariamente pela TR ou pela SELIC, conforme legislação vigente.

As provisões para as ações judiciais de natureza cível e trabalhista, objeto de contestação judicial, são reavaliadas periodicamente e atualizadas mensalmente de acordo com a avaliação do departamento jurídico e consultores externos.

3.11. Dividendos

O estatuto social da Companhia prevê o pagamento de dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido do exercício ajustado em consonância com a legislação em vigor. Na data do encerramento das demonstrações financeiras, a provisão é limitada ao dividendo obrigatório. Os dividendos adicionais da Companhia são registrados no passivo no momento em que são aprovados pelos acionistas.

4. GERENCIAMENTO DE RISCOS**4.1. Governança dos riscos**

O gerenciamento de riscos na Companhia contempla os riscos de crédito, de mercado, de liquidez, legal e operacional.

O modelo de governança de riscos corporativos adotado pela Companhia envolve estrutura de comitês que, em conjunto, contam com a participação de representantes dos sócios, Presidente, Diretor Financeiro e Gerentes de diversas áreas da Companhia. Atualmente esta estrutura é composta dos seguintes órgãos:

- Comitê Financeiro
- Comitê de Auditoria
- Comitê de Produto

Por princípio e observância das melhores práticas de gestão de riscos, a estrutura e processos de governança contemplam os seguintes aspectos:

- Segregação de funções: negócio x risco;
- Estrutura específica para avaliação e monitoramento de riscos;
- Decisões colegiadas;
- Normas de Gestão de Investimentos e Normas de Gestão de Riscos em documento institucional interno; e
- Referência às melhores práticas de gestão.

Todas as decisões relacionadas à gestão de riscos são tomadas de forma colegiada e de acordo com as diretrizes e normas internas da Companhia.

As competências e as alçadas dos cargos e funções são definidas por meio normativos internos, aprovados pela Diretoria Colegiada.

As decisões são comunicadas às áreas intervenientes por atas e consolidadas nos normativos internos, objetivando disseminar o posicionamento tomado pela Administração, garantindo a sua aplicação em todos os níveis da Companhia.

4.2. Processo de gestão de riscos

A Companhia considera o gerenciamento de riscos e de capital como vetores principais para o processo de tomada de decisão.

O processo de gestão de riscos envolve fluxo contínuo de informações, obedecendo às seguintes fases:

Preparação: fase de coleta e análise dos dados. Nessa etapa, são analisadas e propostas medidas sobre os riscos para discussão e deliberação no Comitê Financeiro e, se necessário, no Conselho de Administração;

Decisão: as decisões são tomadas de forma colegiada nos escalões competentes e comunicadas às áreas intervenientes;

Execução: as áreas intervenientes aplicam as decisões tomadas, sob a coordenação da Gerência de Risco;

Acompanhamento/Gestão: é o controle realizado pela Gerência de Risco, avaliando o cumprimento das deliberações e seus impactos na Companhia, comunicando a situação dessas ações ao fórum competente (Diretor Financeiro ou Comitê Financeiro). O controle diário e relatórios mensais sobre risco proporcionam maior agilidade e eficiência na tomada de decisões, bem como o aprimoramento do processo de gestão da Companhia.

A Auditoria Interna é responsável por analisar e emitir relatórios periódicos sobre os processos e riscos da Companhia. Os pontos identificados pelos auditores poderão gerar ações administrativas e gerenciais, para tratamento das causas e efeitos de cada risco observado, correção e melhoria de processos.

Planos de Ação, de Contingência e de Continuidade do Negócio: A Gerência de Controles Internos da Companhia é responsável pelo acompanhamento dos pontos de controle e pontos de auditoria, que requeriram ações periódicas regulares ou extraordinárias. É o principal responsável pela elaboração e manutenção dos planos de contingência e de continuidade do negócio.

4.3. Risco de mercado**4.3.1. Política de riscos de mercado**

A Política de riscos de mercado e a política de utilização de instrumentos financeiros derivativos, aprovadas pelo Conselho de Administração, compõem os documentos estratégicos relativos à gestão de ativos financeiros da Companhia.

Esses documentos estabelecem as diretrizes a serem seguidas nas decisões negociais da Companhia, tratando de aspectos quantitativos e qualitativos, tais como política de hedge, diversificação e enquadramento legal.

A Gerência de Riscos é responsável pelo acompanhamento e verificação dos enquadramentos da carteira às normas internas e externas e aos limites de exposição a risco aprovados pela Companhia. As informações sobre exposição para acompanhamento dos riscos, bem como eventuais desenquadramentos são reportados aos gestores das carteiras de investimentos e diretamente à Alta Administração da Companhia e mensalmente apresentados nas reuniões do Comitê Financeiro.

Os riscos de mercado são acompanhados diariamente, através do VaR – Value-at-Risk, calculado por simulação histórica, para um dia útil, com nível de confiança de 95%.

Em complemento ao acompanhamento diário, são realizados mensalmente testes de estresse sobre os ativos marcados a mercado e semestralmente, testes de sensibilidade, descritos nos tópicos Teste de Sensibilidade nesta Nota Explicativa.

4.3.2. Exposição

A demonstração da exposição aos riscos de mercado da Companhia nos últimos períodos pode ser vista no quadro a seguir:

Valores em Milhares de R\$

Fatores de Risco	31/12/2012		31/12/2011	
Taxa de Juros Pré-Fixada	3.101.112	46,3%	1.444.055	27,6%
Derivativos p/ Hedge (Ajustes)	(49)	0,0%	(111)	0,0%
Taxa de Juros Pós Fixada	1.891.519	28,3%	2.603.989	49,7%
Cupom de IPCA	1.696.599	25,3%	1.023.726	19,6%
TR Ativo	3.712	0,1%	5.861	0,1%
Caixa / Compromissadas 1 dia	298	0,0%	157.727	3,0%
Total	6.693.191	100,0%	5.235.247	100,0%

Parte dos Ativos expostos à taxa de juros pré-fixadas encontra-se protegido contra variações de mercado por operações com derivativos para fins de Hedge, cujas alterações na exposição estão demonstradas no quadro a seguir:

Efeito do Hedge sobre a Exposição a Risco de Mercado**Valores em Milhares de R\$**

Fatores de Risco	31/12/2012		31/12/2011	
Taxa de Juros Pré-Fixada	3.101.112	46,3%	1.444.055	27,6%
Efeito do Hedge na exposição Prefixada	(656.765)	(9,8%)	(353.898)	(6,8%)
Total Exposição ao Risco Pré	2.444.347	36,5%	1.090.157	20,8%
Taxa de Juros Pós Fixada	1.891.519	28,3%	2.603.989	49,7%
Efeito do Hedge na exposição Pós	656.765	9,8%	353.898	6,8%
Total Exposição ao Risco Pós	2.548.284	38,1%	2.957.887	56,5%

Os demais fatores de risco de mercado, tais como riscos de preços de commodities e riscos de câmbio, não estão presentes na carteira de ativos financeiros garantidores da Companhia.

4.3.3. Análise de sensibilidade

Por meio da precificação da carteira, utilizando técnica de cálculo integral dos valores dos ativos, são simulados os efeitos no valor das exposições resultantes de variações no patamar dos fatores de risco de mercado.

Para elaboração da análise de sensibilidade das posições passivas e ativas da Companhia, considerou-se a possibilidade de ocorrência de um cenário eventual, no qual a taxa básica de juros e os cupons de juros dos papéis indexados a índices de inflação sofreriam um aumento ou uma redução da ordem de 100 *basis points* (+/- 1 ponto percentual).

Os resultados dos testes para todos os ativos e passivos financeiros da Companhia nos últimos períodos são mostrados na tabela a seguir, cujos valores de perdas ou ganhos estimados levam em conta os efeitos dos contratos futuros de DI (hedge das taxas prefixadas).

Efeito em Milhares de Reais	Elevação da Taxa em 1% a.a.		Redução da Taxa em 1% a.a.	
	Patrimônio Líquido Após IR	Resultado do Exercício Antes do IR	Patrimônio Líquido Após IR	Resultado do Exercício Antes do IR

31 de dezembro de 2012				
Taxa de Juros Pré	(25.660)	(42.767)	26.543	44.238
Taxa de Juros Pós Fixada	472	786	(480)	(801)
Cupom de IPCA	(28.539)	(47.564)</		

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 (Valores expressos em milhares de Reais)

não foi considerada na análise mostrada nesta nota. De forma conservadora, os ativos são considerados líquidos em seus respectivos vencimentos.

Os valores futuros dos fluxos de caixa foram calculados com base nas taxas de juros e cupons extraídos das respectivas estruturas a termo de mercado. Os testes apresentados utilizam apenas parte da carteira de ativos financeiros da Companhia, o suficiente para garantir a cobertura das obrigações no futuro.

A tabela a seguir mostra as análises realizadas nas últimas datas base:

Valores em Milhares de R\$										
A Valor Futuro	1º/2013	2º/2013	1º/2014	2º/2014	1º/2015	2º/2015	1º/2016	2º/2016	A partir de 2017	Totais
Ativos.....	1.322.063	345.015	753.180	851.435	1.046.001	116.115	639.565	1.180.441	256.936	6.510.751
Provisões para resgate.....	1.614.102	1.095.265	1.077.074	830.276	851.057	766.633	141.213	54.476	72.184	6.502.280
Descasamento.....	(292.039)	(750.250)	(323.894)	21.159	194.944	(650.518)	498.352	1.125.965	184.752	8.471
Acumulado.....	(292.039)	(1.042.289)	(1.366.183)	(1.345.024)	(1.150.080)	(1.800.598)	(1.302.246)	(176.281)	8.471	

Valores em Milhares de R\$										
A Valor Futuro	1º/2012	2º/2012	1º/2013	2º/2013	1º/2014	2º/2014	1º/2015	2º/2015	A partir de 2016	Totais
Ativos.....	443.227	490.081	912.038	389.638	523.455	636.803	529.618	121.097	989.789	5.035.745
Provisões para resgate.....	1.265.720	760.844	723.570	644.909	674.417	609.188	164.151	83.717	97.344	5.023.859
Descasamento.....	(822.493)	(270.763)	188.468	(255.271)	(150.962)	27.615	365.467	37.380	892.445	11.886
Acumulado.....	(822.493)	(1.093.256)	(904.788)	(1.160.059)	(1.311.021)	(1.283.406)	(917.939)	(880.559)	11.886	

4.5. Risco de crédito

4.5.1. Política de risco de crédito

A Política aprovada pelo Conselho de Administração aplica-se a todos os negócios que envolvam risco de crédito e está estruturada de forma a atender às restrições legais e ao gerenciamento da carteira de ativos. Atualmente, o limite de exposição ao risco de crédito de instituições privadas está definido em 30% dos ativos totais da companhia, incluindo nessa exposição títulos de instituições financeiras e não financeiras.

4.5.2. Sistemas de mensuração

A Companhia cumpre o nível de solvência exigido pelas Resoluções CNSP nº 226, 227 e 228, mantendo capital superior ao CMR – Capital Mínimo Requerido o que é suficiente para suportar os riscos de crédito ponderado de seus ativos, conforme tabela divulgada naquelas resoluções.

Os valores do CMR e nível de solvência dos últimos períodos estão demonstrados no tópico sobre Gestão do Capital, nesta Nota Explicativa.

Além do cumprimento legal do requisito de CMR, a Companhia avalia a perda esperada para a carteira de ativos, com base nas notas de rating e prazos dos títulos privados, conforme metodologia própria.

A tabela a seguir mostra os percentuais utilizados pela Companhia para avaliação desses riscos:

Prazos (anos) X Rating	AAA	AA	A	BBB	BB	B	CCC/C
1	0,02%	0,04%	0,10%	0,49%	0,74%	1,11%	1,66%
3	0,14%	0,28%	1,08%	3,88%	5,82%	8,73%	13,09%
5	0,34%	0,68%	2,27%	6,61%	9,91%	14,87%	22,30%
7	0,50%	1,00%	3,00%	7,92%	11,88%	17,82%	26,72%
30	0,92%	1,84%	4,44%	9,59%	14,38%	21,58%	32,36%

(*) Escala de Rating Local - A tabela acima mostra escala de risco de nível local (Brasil) utilizada para avaliação de risco de crédito privado da carteira de investimentos. A atribuição dessa classificação é realizada pela BB DTVM, empresa contratada como administradora dos fundos de investimentos e carteiras de ativos da Companhia.

A tabela abaixo demonstra os valores estimados de default, para as datas bases de 31/12/2012 e 31/12/2011:

Rating	31/12/2012		31/12/2011	
	Exposição	Risco de Crédito	Exposição	Risco de Crédito
AAA.....	921.765	1.042	923.803	688
AA.....	511.488	2.074	414.862	1.660
A.....	172.953	2.365	221.188	2.232
Total Geral.....	1.606.206	5.481	1.559.853	4.580

O resultado dessa avaliação é acompanhado pelo Gestor de Investimentos e informado ao Comitê Financeiro em suas reuniões ordinárias e à Diretoria Financeira, oportunamente, quando da ocorrência de alterações na carteira.

4.5.3. Política de mitigação

Na realização de qualquer negócio sujeito ao risco de crédito, a Companhia adota uma postura conservadora e utiliza limites de exposição e de concentração restritivos, de forma a manter-se em conformidade com os limites indicados pela SUSEP, baseado no Capital Mínimo Requerido e dentro das melhores práticas de gestão de ativos.

4.5.4. Concentração

As estratégias de gerenciamento do risco de crédito orientam as ações em nível operacional. As decisões estratégicas compreendem, entre outros aspectos, a materialização do "apetite" de risco da Companhia e o estabelecimento de limites de exposição a risco e de concentração e de perdas estimadas.

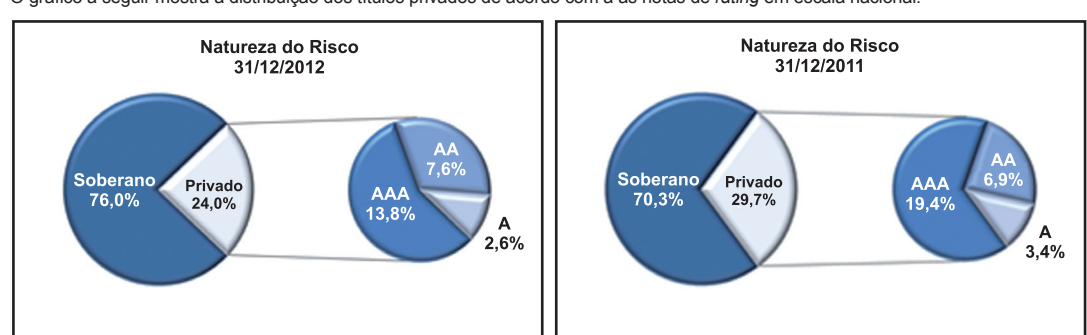
Conforme definido na Política de Investimentos, a Companhia possui limites de concentração para exposição ao risco de crédito, tanto por emissor quanto por tranches emitidas.

Nas últimas datas bases a Companhia possuía a seguinte proporção de títulos com risco de crédito:

	31/12/2012	31/12/2011
Títulos Públicos Federais.....	76,00%	70,30%
Títulos Privados.....	24,00%	29,70%

A política de investimentos da companhia prevê aplicações financeiras apenas em empresas e títulos classificados com nota de rating na escala nacional de AAA até BBB, ou seja, com classificação na escala de investimento (investment grade), em conformidade com os normativos para o setor de seguridade.

O gráfico a seguir mostra a distribuição dos títulos privados de acordo com a as notas de rating em escala nacional:



5. RISCO OPERACIONAL

5.1. Fases do processo de gerenciamento do risco operacional

A Gerência de Risco é responsável pela identificação, avaliação, mensuração, mitigação, controle e monitoramento dos riscos operacionais da Companhia. O processo de gestão inclui a utilização de software dedicado ao registro e avaliação dos registros de riscos operacionais e controles por área e por processo.

A Gerência de Controles Internos é responsável pela manutenção da qualidade dos controles internos e a certificação de práticas e produtos em conformidade com leis e normativos externos e normas internas. Para a otimização desta gestão, são utilizadas metodologias e ferramentas tais como Testes e Agentes de Conformidade, cursos de disseminação da cultura de controles internos, Auditorias Interna e Externa e Plano de Continuidade de Negócios – PCN.

Quando ao Plano de Continuidade de Negócios (PCN), cabe ressaltar a existência de espaço físico reservado em local diferente do da sede da Companhia, incluindo hardware, mobiliário, documentação e treinamento de funcionários, objetivando mitigar o risco de uma parada involuntária de sistemas operacionais da Sede, assim como falta de acesso físico a ela, evitando uma paralisação prolongada dos principais processos críticos que possam gerar prejuízos à corporação.

6. APLICAÇÕES

6.1. Classificação da carteira

Conforme Circular SUSEP nº 430, de 05 de março de 2012, a Companhia classifica suas aplicações da seguinte forma:

Títulos	31/12/2012						
	1 a 30 dias ou sem vencimento	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor Contábil	Valor Justo	%
Títulos mensurados a valor justo por meio do resultado							
CDB.....	-	33.296	-	-	33.296	33.296	0,49
DPGE.....	-	201.708	46.139	-	247.847	247.847	3,67
Debêntures.....	43.120	22.719	24.194	783.533	873.566	873.566	12,94
Letra financeira.....	-	-	55.583	269.063	324.646	324.646	4,81
Nota promissória.....	-	-	20.752	-	20.752	20.752	0,31
CRI.....	-	-	-	3.582	3.582	3.582	0,05
Fundo exclusivo de renda fixa.....	526.978	303.807	122.036	2.205.729	3.158.550	3.158.550	46,80
Fundo exclusivo de renda variável.....	55.445	-	-	-	55.445	55.445	0,82
Fundos não exclusivos.....	103.267	-	-	-	103.267	103.267	1,53
Total	728.810	561.530	268.704	3.261.907	4.820.951	4.820.951	71,43
Títulos mantidos até o vencimento							
LTN.....	-	-	51.204	856.207	907.411	921.141	13,44
NTN-B.....	-	-	-	577.801	577.801	615.000	8,56
NTN-F.....	73.384	-	-	278.709	352.093	360.095	5,22
Fundo exclusivo de renda fixa.....	-	91.130	-	-	91.130	93.422	1,35
Total	73.384	91.130	51.204	1.712.717	1.928.435	1.989.658	28,57
Circulante.....	802.194	652.660	319.908	4.974.624	6.749.386	6.810.608	100,00
Não Circulante.....	-	-	-	1.712.717	1.712.717	1.896.236	25,38
Total da carteira	802.194	652.660	319.908	4.974.624	6.749.386	6.810.608	100,00

Títulos	31/12/2011						
	1 a 30 dias ou sem vencimento	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor Contábil	Valor Justo	%
Títulos mensurados a valor justo por meio do resultado							
CDB.....	-	238.929	51.881	30.634	321.444	321.444	6,09
DPGE.....	-	-	61.253	226.774	288.027	288.027	5,45
Debêntures.....	20.480	8.524	12.315	653.903	695.222	695.222	13,16
Letra financeira.....	-	-	-	111.792	111.792	111.792	2,12
CRI.....	-	-	-	5.609	5.609	5.609	0,11
Fundo exclusivo de renda fixa.....	168.245	79.156	260.908	2.393.254	2.901.563	2.901.563	54,93
Fundo exclusivo de renda variável.....	42.602	-	-	-	42.602	42.602	0,81
Fundos não exclusivos.....	137.761	-	-	-	137.761	137.761	2,61
Total	369.088	326.609	386.357	3.421.966	4.504.020	4.504.020	85,26
Títulos mantidos até o vencimento							
LTN.....	-	-	56.719	-	56.719	57.156	1,07
NTN-B.....	-	-	42.134	313.549	355.683	363.049	6,73
NTN-F.....	83.865	-	-	153.444	237.309	240.338	4,49
Fundo exclusivo de renda fixa.....	-	-	43.320	85.507	128.827	132.466	2,44
Total	83.865	-	142.173	552.500	778.538	793.009	14,74
Circulante.....	452.953	326.609	528.530	3.974.466	4.730.058	4.688.462	89,54
Não Circulante.....	-	-	-	552.500	552.500	608.567	10,46
Total da carteira	452.953	326.609	528.530	3.974.466	5.282.558	5.297.029	100,00

A capacidade financeira para a manutenção dos títulos classificados na categoria "mantidos até o vencimento" é mensurada com base em estudos elaborados, nos quais são levados em consideração os fluxos das vendas, dos recebimentos das demais parcelas, dos vencimentos das provisões técnicas, bem como dos títulos e valores mobiliários.

6.2. Fundos de investimentos exclusivos

6.2.1. Composição do fundo de investimento renda fixa

Títulos	31/12/2012						
	1 a 30 dias ou sem vencimento	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor Contábil	Valor Justo	%
Títulos mensurados a valor justo por meio do resultado							
LFT - 1 DIA.....	-	-	-	-	-	-	-
LTN - 1 DIA.....	403.217	-	-	-	403.217	403.217	12,41
Ajuste de DI FUTURO.....	-	2	3	(54)	(49)	(49)	-
Saldo de caixa.....	-	-	-	244.271	244.271	244.271	7,52
Valores a receber.....	84.977	178.011	121.936	1.059.668	1.444.592	1.444.592	44,45
Valores a pagar.....	-	-	-	638.155	763.950	763.950	23,51
Outros Créditos.....	38.795	-	-	263.656	302.451	302.451	9,31
Saldo de caixa.....	2	-	97	32	129	129	-
Outros Créditos.....	1	-	-	-	1	1	-
Valores a pagar.....	(14)	-	-	-	(14)	(14)	-
Total	526.978	303.808	122.036	2.205.728	3.158.550	3.158.550	97,20
Títulos mantidos até o vencimento							
NTN - B.....	-	91.130	-	-	91.130	93.422	2,80
Total	526.978	394.938	122.036	2.205.728	3.249.680	3.251.972	100,00

Títulos	31/12/2011						
	1 a 30 dias ou sem vencimento	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor Contábil	Valor Justo	%
Títulos mensurados a valor justo por meio do resultado							
LFT - 1 DIA.....	157.426	-	-	-	157.426	157.426	5,19
LTN - 1 DIA.....	309	-	-	-	309	309	0,01
Ajuste de DI FUTURO.....	-	-	(6)	(105)	(111)	(111)	-
LFT.....	-	10.894	-	1.221.005	1.231.899	1.231.899	40,65
LTN.....	-	68.262	260.639	355.877	684.778	684.778	22,60
NTN - B.....	-	-	182	400.678	400.860	400.860	13,23
NTN - F.....	10.484	-	-	415.675	426.159	426.159	14,06
TDA.....							

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 (Valores expressos em milhares de Reais)

Títulos	31/12/2012			Reclassificado 31/12/2011	
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2
Carteira Própria					
CDB	-	33.296	33.296	-	321.444
DPGE	-	247.847	247.847	-	288.027
DEBENTURES	-	873.566	873.566	-	695.222
LETRA FINANCEIRA	-	324.646	324.646	-	111.792
NOTA PROMISSÓRIA	-	20.752	20.752	-	-
CRI	-	3.582	3.582	-	5.609
Total	-	1.503.689	1.503.689	-	1.422.094
Quotas de Fundos Exclusivos de Investimento					
Renda Fixa:					
Operações compromissadas	-	403.217	403.217	-	157.735
LFT	-	244.271	244.271	-	1.231.899
LTN	-	1.444.592	1.444.592	-	684.778
NTN - B	-	763.950	763.950	-	400.860
NTN - F	-	302.451	302.451	-	426.159
TDA	-	129	129	-	252
DI FUTURO	(49)	-	(49)	(111)	-
Saldo de caixa	2	-	2	3	-
Outros Créditos	1	-	1	1	-
Valores a pagar	(14)	-	(14)	(13)	-
Total	(60)	3.158.610	3.158.550	(120)	2.901.683
Renda Variável					
Operações compromissadas	-	9.387	9.387	-	12.216
Ações	46.338	-	46.338	30.408	-
Ajuste de DI FUTURO	60	-	60	(2)	-
Saldo de caixa	12	-	12	1	-
Outros Créditos	1.073	-	1.073	182	-
Valores a pagar	(1.425)	-	(1.425)	(203)	-
Total	46.058	9.387	55.445	30.386	12.216
Quotas de Fundos Não Exclusivos de Investimento	-	103.267	103.267	-	137.761
Total da Carteira	45.998	4.774.953	4.820.951	30.266	4.473.754

6.5. Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia adota processo de mensuração e monitoramento do risco de flutuação nas taxas de juros e dos prazos em condições normais e adversas de mercado.

Por meio da Resolução BACEN nº 3.358/06, que regulamenta a aplicação dos recursos garantidores das provisões técnicas e das diretrizes emanadas pelo Comitê Financeiro, está previsto na política de investimento da Companhia a possibilidade de manter instrumentos financeiros derivativos em contratos futuros de DI, nos fundos de investimentos exclusivos, com a finalidade de se proteger em relação às flutuações das taxas de juros.

O quadro a seguir mostra a exposição da carteira às taxas de juros, exclusivamente para ativos marcados a mercado, com os respectivos contratos futuros de DI.

Somente títulos marcados a mercado						31/12/2012
Título	Vencimento do ativo	Volume ativo (Pré)	Contrato derivativo	Vencimento do Derivativo	Volume Deriv. (Pós)	Exposição pré líquida
LTN	jan/13	84.977	DI1F13 0001	jan/13	(70.481)	14.496
NTN-F	jan/13	38.795	-	jan/13	-	38.795
LTN	abr/13	178.011	DI1J13 0001	abr/13	(103.280)	74.731
LTN	jul/13	74.449	DI1N13 0001	jul/13	(68.646)	5.803
LTN	out/13	47.486	-	out/13	-	47.486
NTN-F	jan/14	138.513	DI1F14 0001	jan/14	(121.269)	17.244
LTN	jan/14	124.980	-	jan/14	-	124.980
LTN	abr/14	146.642	DI1J14 0001	abr/14	(9.168)	137.474
LTN	jul/14	69.251	-	jul/14	-	69.251
LTN	jan/15	81.752	DI1F15 0001	jan/15	(55.976)	25.776
NTN-F	jan/15	32.733	-	jan/15	-	32.733
LTN	abr/15	177.748	DI1J15 0001	abr/15	(42.159)	135.589
LTN	jan/16	181.269	DI1F16 0001	jan/16	(86.831)	94.438
LTN	jul/16	278.025	DI1N16 0001	jul/16	(60.418)	217.607
NTN-F	jan/17	48.165	DI1F17 0001	jan/17	(25.310)	22.855
NTN-F	jan/18	44.246	DI1F18 0001	jan/18	(13.228)	31.018
		1.747.042			(656.766)	1.090.276

Somente títulos marcados a mercado

Somente títulos marcados a mercado						31/12/2011
Título	Vencimento do ativo	Volume ativo (Pré)	Contrato Derivativo	Vencimento do derivativo	Volume deriv. (Pós)	Exposição pré líquida
NTN-F	jan/12	10.484	-	jan/12	-	10.484
LTN	abr/12	68.262	-	abr/12	-	68.262
LTN	jul/12	223.437	DI1N12 0001	jul/12	(91.472)	131.965
LTN	out/12	37.202	-	out/12	-	37.202
LTN	jan/13	77.206	DI1F13 0001	jan/13	(27.718)	49.488
NTN-F	jan/13	38.772	-	jan/13	-	38.772
LTN	abr/13	62.078	DI1J13 0001	abr/13	(8.876)	53.202
LTN	jul/13	112.301	DI1N13 0001	jul/13	(47.561)	64.740
LTN	jan/14	16.345	DI1F14 0001	jan/14	(85.173)	(68.827)
NTN-F	jan/14	201.467	-	jan/14	-	201.467
LTN	jan/15	87.947	DI1F15 0001	jan/15	(57.742)	30.205
NTN-F	jan/15	61.674	-	jan/15	-	61.674
NTN-F	jan/17	113.761	DI1F17 0001	jan/17	(35.357)	78.404
		1.110.937			(353.898)	757.038

O fundo exclusivo de renda variável em 31 de dezembro de 2012 possuía 130 contratos de derivativos (INDG13 - IND FUTURO), de vencimento em 13/02/2013, com valor nominal de R\$ 7.967 com objetivo de proteger parte dos recursos alocados em operações compromissadas (R\$ 9.387). No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011, o fundo possuía 100 contratos de derivativos (INDG12 - IND FUTURO), de vencimento em 15/02/2012, com valor nominal de R\$ 5.700 com objetivo de proteger parte dos recursos alocados em operações compromissadas (R\$ 12.216).

7. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no Balanço Patrimonial, são os seguintes:

Em milhares de Reais	31/12/2012		31/12/2011	
	Custo Amortizado	Valor Justo	Custo Amortizado	Valor Justo
Ativos				
Ativos mensurados a valor justo				
Caixa e equivalentes de caixa	-	2.378	-	654
Ativos para negociação				
Aplicações financeiras	-	4.820.951	-	4.504.020
Ativos mantidos até o vencimento				
Aplicações financeiras	1.928.435	-	778.538	-
Empréstimos e recebíveis (i)	1.247	-	877	-
Total dos Ativos	1.929.682	4.823.329	779.415	4.504.674
Passivos não financeiros não derivativos				
Fornecedores	8.675	-	6.027	-
Partes relacionadas	22.247	-	16.308	-
Total dos Passivos	30.922	-	22.335	-

(i) Os Empréstimos e Recebíveis compreendem as vendas de títulos de capitalização não recebidas até a data do balanço.

8. GARANTIA DAS PROVISÕES TÉCNICAS

Para garantia das provisões técnicas foram oferecidos em cobertura os seguintes ativos:

	31/12/2012	31/12/2011
PROVISÕES TÉCNICAS	6.458.577	4.992.695
ATIVOS GARANTIDORES		
CDB	33.296	321.444
DPGE	247.847	288.027
DEBENTURES	873.566	695.222
NOTA PROMISSÓRIA	20.752	-
CRI	3.582	5.609
LETRA FINANCEIRA	324.646	111.792
Títulos de Renda Fixa - Privados	1.503.689	1.422.094
LTN	907.411	56.719
NTN-B	577.801	267.775
NTN-F	352.093	237.309
Títulos de Renda Fixa - Públicos	1.837.305	561.803
QUOTAS DE FUNDO DE INVESTIMENTOS	3.407.642	3.206.044
TOTAL DOS ATIVOS GARANTIDORES	6.748.636	5.189.941
ATIVOS LIVRES	290.059	197.246

8.1 Garantias das Provisões Técnicas - DPGEs

Em decorrência da Resolução de Conselho Monetário Nacional - CMN - nº 4.026/11, inicialmente a SUSEP, por meio da CARTA CIRCULAR/DITEC/CGSOA/Nº 004/11, determinou ao mercado segurador substituir os investimentos em Depósitos a Prazo com Garantia Especial - DPGEs - oferecidos como garantia das provisões técnicas por ativos aceitos pela Resolução CMN nº 3.308/05 e respectivas alterações. A referida carta circular permitiu às sociedades apresentarem Plano de Adequação com objetivo de eliminar gradualmente estes papéis de suas carteiras vinculadas. Conforme autorização da SUSEP, a Brasilcap manterá os DPGEs até o vencimento, comprometendo-se formalmente em não renová-los, não havendo a necessidade de apresentação de plano de adequação.

9. TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER

	31/12/2012	31/12/2011
Resgates Antecipados	323	64
Créditos de Títulos de Capitalização a receber (i)	1.247	877
Outros	220	5.647
	1.790	6.588

(i) Créditos de títulos de capitalização a receber por vencimento.

Os Créditos de Títulos de capitalização a receber por vencimento, nas datas a seguir indicadas, estão distribuídos da seguinte forma:

A vencer entre 1 e 30 dias	31/12/2012	31/12/2011
	1.247	877
	1.247	877

10. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS

Os créditos tributários diferidos da Companhia estão classificados no ativo não circulante, sendo originados exclusivamente de adições temporárias e compostos, em sua maioria, de provisões judiciais fiscais. Em razão destas ações estarem em trâmite nos tribunais superiores e não existir previsão para trânsito em julgado, torna-se inviável uma projeção de prazo para realização destes créditos, mesmo considerando o histórico positivo de geração de lucros tributáveis pela Companhia, que são suficientemente capazes de absorvê-los. Referente aos demais créditos tributários registrados no ativo circulante, são oriundos das operações financeiras da Companhia, que serão utilizados de acordo com a legislação vigente.

	31/12/2012	31/12/2011
Imposto de renda a compensar	26.834	24.777
Créditos federais e municipais	7.484	6.858
IRPJ s/adições temporárias	37.630	31.113
CSLL s/adições temporárias	21.252	17.364
	93.200	80.112
Circulante	34.318	31.635
Não Circulante	58.882	48.477

Os créditos tributários foram contabilizados levando em consideração o histórico de rentabilidade e sua previsão de realização, fundamentada por estudo técnico.

a. Imposto de renda diferido

	31/12/2012	31/12/2011
Montante das adições temporárias	150.520	124.453
Provisões fiscais	159.813	125.253
Provisões trabalhistas	190	230
Provisões cíveis	310	281
Provisões administrativas	265	4.880
Ajustes a valor justo de títulos e valores mobiliários	(10.058)	(6.191)
Alíquota (%)	25%	25%
Crédito tributário constituído	37.630	31.113
Créditos tributários constituídos no não circulante	37.630	31.113

b. Contribuição social diferida

	31/12/2012	31/12/2011
Montante das adições temporárias	141.685	115.757
Provisões fiscais	144.077	109.517
Provisões trabalhistas	190	230
Provisões cíveis	310	281
Provisões administrativas	653	5.407
Ajustes a valor justo de títulos e valores mobiliários	(10.058)	(6.191)
Provisão para desvalorização de Incentivos Fiscais	6.513	6.513
Alíquota (%)	15%	15%
Crédito tributário constituído	21.252	17.364
Créditos tributários constituídos no não circulante	21.252	17.364

c. Resultado do exercício

	31/12/2012	31/12/2011
Imposto de renda		
Corrente	(73.363)	(71.119)
Diferido	6.517	3.560
Ajuste pela entrega da declaração	22	-
	(66.824)	(67.559)
Contribuição social		
Corrente	(45.710)	(44.155)
Despesas exercícios anteriores (Nota 11.e)	-	(9.861)
Diferido	3.890	15.537
Ajuste pela entrega da declaração	35	-
	(41.785)	(38.479)

Apresentamos a seguir a reconciliação da alíquota efetiva aplicada na apuração do cálculo do imposto de renda e da contribuição social nos períodos mencionados acima:

a) Imposto de Renda

	31/12/2012	31/12/2011
1) Resultado antes do IR e da CSLL, da despesa de JCP e após a participação dos empregados	271.980	271.114
- Resultado antes dos tributos	275.318	275.341
- Participações dos empregados	(3.338)	(4.227)
2) Adições/(exclusões) permanentes:	6.062	7.309
- Despesas/reversões não dedutíveis	6.062	8.428
- Outras adições/(exclusões)	-	(1.119)
3) Adições/(exclusões) temporárias:	27.703	17.436
- Provisão para perdas em títulos e investimentos	1.452	-
- Provisão para passivo previdenciário	636	743
- Ajustes a valor justo de títulos e valores mobiliários	(3.867)	(5.219)
- Provisões para demandas trabalhistas, fiscais e cíveis	29.748	19.333
- Ajustes decorrentes da Lei nº 11.638/2007	(587)	(780)
- Outras adições/(exclusões)	321	3.359
4) Base de cálculo dos encargos incidentes	305.745	295.859
5) Imposto de Renda:	73.363	71.119
- alíquota de 15%	45.862	44.379
- adicional de 10%	30.551	29.562
- incentivos fiscais	(3.049)	(2.822)
6) Alíquota efetiva	26,9738%	26,2321%

b) Contribuição Social

	31/12/2012	31/12/2011
1) Resultado antes do IR e da CSLL, da despesa de JCP e após a participação dos empregados	271.980	271.114
- Resultado antes dos tributos	275.318	275.341
- Participações dos empregados	(3.338)	(4.227)
2) Adições/(exclus		

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 (Valores expressos em milhares de Reais)

f. Contingências fiscais com a natureza de risco de perda possível

Até 31 de dezembro de 2012, o contingente classificado como perda possível representava um montante de R\$ 30.507, atualizado pela taxa Selic, sendo as principais questões discutidas em processos administrativos tributários.

- IRPJ e CSLL - referem-se à aplicação de multas de ofício pela Receita Federal do Brasil, calculadas sobre os valores correspondentes à remuneração das provisões matemáticas (TR mais juros) excluídos quando da apuração das bases de cálculo do imposto de renda e da contribuição social devidos por estimativa nos períodos de 1998 e 1999.
- PIS - para determinados períodos de 1998 e 1999, motivada pelo mesmo argumento constante dos autos do imposto de renda e da contribuição social, referendados no item anterior.
- Cofins - refere-se à aplicação de multas de ofício pela Receita Federal do Brasil, calculadas sobre o tributo calculado segundo o alargamento do conceito de faturamento, discutido em ação judicial em curso.
- IRPJ, IRRF, PIS e CSLL - referem-se à aplicação de multas de ofício pela Receita Federal do Brasil, calculadas sobre valores dos tributos, de determinados períodos, efetivamente recolhidos segundo a faculdade da denúncia espontânea.

12. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

a. Composição do imobilizado e intangível

	31/12/2012		31/12/2011	
	Taxa anual de depreciação %	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido
ATIVOS				
Terrenos	-	83	-	83
Edificações	4	482	(286)	196
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10	2.393	(2.028)	365
Instalações	10	1.541	(1.139)	402
Veículos	20	314	(113)	201
Equipamentos de arrendamento mercantil - Lei nº 11638/2007	20	9.755	(4.288)	5.467
Equipamentos, Máquinas, Móveis e Utensílios	10 e 20	6.774	(4.850)	1.924
		21.342	(12.704)	8.638
				7.738
ATIVOS				
Intangível	20	21.776	(12.603)	9.173
		21.776	(12.603)	9.173
				10.126
TOTAL		43.118	(25.307)	17.811

b. Movimentações do imobilizado e intangível no período

	Saldos Líquidos em 31/12/2011	Aquisições	Alienações/ Baixas	Reclassificações	Despesas de Depreciação/ Amortização	Saldos Líquidos em 31/12/2012
Imóveis	297	-	-	-	(18)	279
Benfeitoria em Imóveis de Terceiros	466	10	-	-	(111)	365
Instalações	465	44	-	-	(107)	402
Veículos	277	-	-	-	(76)	201
Equipamentos de Leasing	3.842	3.750	(82)	-	(2.043)	5.467
Equipamentos, Máquinas, Móveis e Utensílios	2.391	171	(6)	-	(632)	1.924
Intangível	10.126	2.165	-	-	(3.118)	9.173
Total	17.864	6.140	(88)	-	(6.105)	17.811

	Saldos Líquidos em 31/12/2010	Aquisições	Alienações/ Baixas	Reclassificações	Despesas de Depreciação/ Amortização	Saldos Líquidos em 31/12/2011
Imóveis	317	-	-	-	(20)	297
Benfeitoria em Imóveis de Terceiros	580	-	-	-	(114)	466
Instalações	560	-	-	-	(95)	465
Veículos	207	313	(184)	-	(59)	277
Equipamentos de Leasing	2.382	2.810	(72)	-	(1.278)	3.842
Equipamentos, Máquinas, Móveis e Utensílios	2.235	802	(23)	-	(623)	2.391
Aquisições em Transição	1.721	1.924	-	(3.645)	-	-
Intangível	5.704	6.356	-	(222)	(1.712)	10.126
Total	13.706	12.205	(279)	(3.867)	(3.901)	17.864

13. CONTAS A PAGAR

	31/12/2012	Reclassificado 31/12/2011
Obrigações a pagar	13.570	9.845
• Fornecedores a pagar	8.031	4.047
• Juros sobre capital próprio a pagar	58	58
• Dividendos a pagar	1.100	918
• Participações nos lucros a pagar	2.048	3.817
• Leasing a Pagar	1.732	384
• Outras obrigações	601	621

	31/12/2012	31/12/2011
Impostos e encargos sociais a recolher	864	1.282
• IRRF de funcionários e terceiros	257	488
• INSS e FGTS a recolher	448	472
• Outros impostos	159	322

	31/12/2012	31/12/2011
Encargos trabalhistas	2.048	2.102
• Férias	1.531	1.571
• Encargos sobre férias	517	531

	31/12/2012	31/12/2011
Impostos e contribuições	89.361	86.573
• Imposto de renda	61.935	60.080
• Contribuição social	27.426	26.493

	31/12/2012	31/12/2011
Outras contas a pagar	22.093	16.997
• Taxa de administração da carteira	5.111	4.407
• Taxa de Performance	16.668	11.088
• Outras contas a pagar	314	1.502

14. PROVISÕES TÉCNICAS

a. Composição das provisões técnicas

	31/12/2012	31/12/2011
Provisão Matemática	6.133.092	4.741.636
Provisão de Sorteios	118.833	86.420
Provisão de Contingências	99.799	76.405
Provisão para Resgate de Títulos	101.386	78.116
Provisão para Resgate de Sorteios	5.467	10.118
Total	6.458.577	4.992.695

b. Movimentação das provisões técnicas

	31/12/2012	31/12/2011
Saldo anterior	4.992.695	4.193.924
(+) Constituições	3.532.904	2.963.019
(-) Resgate	(2.397.174)	(2.474.278)
(+) Atualização monetária	332.763	312.198
(-) Prescrição de títulos de capitalização	(2.611)	(2.168)
Saldo atual	6.458.577	4.992.695

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

15.1. Capital social

Em 15 de junho 2011, foi realizada Assembleia Geral de Acionistas, para deliberar, dentre outros assuntos, a alteração do Estatuto Social da Companhia a fim de permitir que as ações ordinárias de emissão da Companhia possam ser convertidas em ações preferenciais, na proporção de 1 ON para 1 PN, operação ratificada na Assembleia Geral de Acionistas realizada em 05 de agosto de 2011.

O capital social subscrito e integralizado até 31 de dezembro de 2012 está representado por 324.000.000 ações sendo 216.010.804 ordinárias e 107.989.196 preferenciais, nominativas, sem valor nominal.

Acionistas	Ações ON	% ON	Ações PN	% PN	Total Ações	Capital Total
BB Seguros Participações S.A.	107.989.198	49,99%	107.989.196	100,00%	215.978.394	66,66%
Cia. De Seguros Aliança da Bahia	51.197.948	23,70%	-	-	51.197.948	15,80%
Icatu Seguros S.A.	54.010.798	25,00%	-	-	54.010.798	16,67%
Acionistas Minoritários	2.812.860	1,31%	-	-	2.812.860	0,87%
Total	216.010.804	100,00%	107.989.196	100,00%	324.000.000	100,00%

15.2. Dividendos e distribuição do resultado do exercício

Aos acionistas são garantidos estatutariamente dividendos mínimos equivalentes a 25% do lucro líquido ajustado do exercício em consonância com a legislação em vigor.

No exercício de 2012 foi apurado lucro do exercício de R\$ 163.371 (R\$ 165.076 em 2011), foram pagos a título de dividendos antecipados R\$ 90.054 (R\$ 64.117 em 2011) aprovados em reunião do Conselho de Administração em 03 de agosto de 2012. Adicionalmente, Administração encaminhará aos acionistas proposta de dividendos complementares no valor de R\$ 65.000 (R\$ 81.635 em 2011 pagos em 2012) e destinou R\$ 8.317 (R\$ 19.324 em 2011) para a Reserva de Lucros.

Abaixo demonstramos o cálculo da proposta de distribuição do resultado em 31 de dezembro de 2012 e 2011:

	31/12/2012	31/12/2011
Lucro Líquido do exercício	163.371	165.076
Proposta de distribuição do Lucro Líquido:		
Dividendos Obrigatórios (25%)	(40.843)	(41.269)
Dividendos Complementares	(49.211)	(22.848)
Dividendos Antecipados	(90.054)	(64.117)
Dividendos Adicionais Propostos	(65.000)	(81.635)
Constituição de Reservas de Lucros	(8.317)	(19.324)
Constituição de Reservas de Lucros	(73.317)	(100.959)

15.3. Reservas de capital

A reserva de capital corresponde ao saldo remanescente de subvenções de incentivos fiscais, desta forma, será mantido até a sua total destinação na forma prevista na Lei 6.404/76 e suas alterações.

15.4. Reservas de lucros

Reserva legal

É constituída, ao final do exercício social, à razão de 5% do lucro líquido de cada exercício até atingir o limite de 20% do capital social, em conformidade com as disposições da Lei das Sociedades por Ações e Estatuto Social.

Outras reservas de lucros

Composta por reservas estatutárias destinadas ao reforço do capital circulante e à aplicação em ativos, principalmente para garantir patrimônio líquido mínimo exigido à comercialização dos produtos da Companhia, em conformidade com o Estatuto Social e a legislação vigente e dividendos adicionais propostos pela administração a serem pagos por deliberação da Assembleia Geral.

16. DEMONSTRAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO AJUSTADO (PLA)

Valores em Milhares de R\$	31/12/2012	31/12/2011
Patrimônio Líquido	235.390	243.708
Despesas Antecipadas	(1.436)	(1.771)
Ativo Intangível	(9.173)	(10.126)
Obras de Arte	(5)	(5)
Patrimônio Líquido Ajustado	224.776	231.806

17. DETALHAMENTO DAS CONTAS DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO

	31/12/2012	Reclassificado 31/12/2011
Custo de aquisição		
Corretagem	(48.146)	(40.285)
Custeamento de vendas	(212.326)	(169.948)
	(260.472)	(210.233)

Outras receitas e despesas operacionais

Confecção e postagem de títulos	(2.723)	(2.531)
Prescrição de títulos de capitalização	2.611	2.160
Provisões para ações judiciais	17	30
Central de atendimento	(1.773)	(7.614)
Outras receitas/despesas	(646)	(413)
	(2.514)	(8.368)

Despesas administrativas

Pessoal próprio	(32.731)	(36.601)
Prestadores de serviços	(18.243)	(18.501)
Localização e funcionamento	(14.038)	(9.375)
Arrendamento mercantil e depreciação Lei -11638/2007	(2.043)	(2.509)
Publicidade e propaganda	(4.062)	(2.858)
Publicações	(740)	(765)
Donativos e contribuições	(3.324)	(2.509)
Diversas	(451)	(5.015)
	(75.632)	(78.133)

Tributos

Pis	(3.144)	(2.700)
Cofins	(20.020)	(16.616)
Taxa de fiscalização - Susep	(1.409)	(1.409)
Outros	(198)	(202)
	(24.771)	(20.927)

Receitas financeiras

Títulos de renda fixa - privados	143.752	148.265
Títulos de renda fixa - públicos	103.996	67.715
Quotas de fundos de investimento	360.433	360.821
Outras receitas	1.363	2.737
	609.544	579.538

Despesas financeiras

Atualização monetária e juros das provisões técnicas	(332.762)	(312.434)
Taxa de administração da carteira	(85.501)	(60.615)
Outras despesas financeiras	(8.289)	(4.065)
	(426.552)	(377.114)

Resultado patrimonial

Receitas com imóveis de renda	162	151
Despesas com imóveis de renda	(22)	(21)
Redução ao valor recuperável	(1.452)	-
	(1.312)	130

Ganhos e perdas com ativos não correntes

Resultado na alienação de bens do ativo permanente	(88)	(106)
Outras receitas operacionais	-	1
	(88)	(105)

18. PARTES RELACIONADAS

Referem-se às operações com administradores e Companhias integrantes do grupo financeiro do Banco do Brasil S.A., as quais foram realizadas em condições consideradas compatíveis com as de mercado. As operações realizadas no ano correspondem a:

	31/12/2012	31/12/2011
Ativo	2.392	688
Banco do Brasil S.A.	2.372	652
Disponibilidades	2.372	652
Brasileveículos Companhia de Seguros S.A.	-	13
Despesas - antecipadas - Seguros	-	13
Companhia de Seguros Aliança do Brasil S.A.	6	8
Despesas - antecipadas - Seguros	6	8
Brasilprev Seguros e Previdência S.A.	1	2
Títulos e créditos a receber	1	2
Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - Previ	13	13
Títulos e créditos a receber	13	13
Passivo	22.247	16.308
BB Corretora de Seguros e Administradora de Bens S.A.	24	41
Comissões a pagar	24	41
Banco do Brasil S.A. Banco de Investimentos	21.779	15.495
Contas a pagar	21.779	15.495
Banco do Brasil S.A.	61	50
Contas a pagar	61	50
Administradores	383	722
Contas a pagar	383	722
Resultado	(302.607)	(266.261)
Brasileveículos Companhia de Seguros S.A.	(13)	(13)
Despesas administrativas	(13)	(13)
Companhia de Seguros Aliança do Brasil S.A.	(14)	(20)
Despesas administrativas	(14)	(20)
BB Corretora de Seguros e Administradora de Bens S.A.	(27.823)	(47.358)
Despesas de comercialização	(27.823)	(47.358)
Banco do Brasil S.A. Banco de Investimentos	(85.360)	(60.658)
Despesas financeiras	(85.360)	(60.658)
Banco do Brasil S.A.	(184.346)	(153.610)
Despesas de comercialização	(184.261)	(153.550)
Despesas administrativas	(85)	(60)
Brasilprev Seguros e Previdência S.A.	(292)	(253)
Despesas administrativas	(292)	(253)
Administradores	(4.921)	(4

PARECER DO CONSELHO FISCAL DA BRASILCAP CAPITALIZAÇÃO S.A.

O Conselho Fiscal da **BRASILCAP CAPITALIZAÇÃO S.A.**, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, inclusive aquelas conferidas pelos incisos II, III e VII, do artigo 163, da Lei nº 6.404/76, atualizada com a Lei nº 10.303/2001, declara haver procedido ao exame do Relatório da Administração, do Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício findo em 31/12/2012, tendo concluído, com base nesse exame e no Parecer da Auditoria Externa - KPMG Auditores Independentes, que referidas demonstrações refletem adequadamente a situação financeira e patrimonial da Companhia. Manifesta, ainda, com base no disposto no inciso III do artigo 163, da Lei 6.404/76, atualizada com a Lei nº 10.303/2001, seu parecer favorável à Proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho de Administração, para destinação do lucro líquido do exercício de 2012, pagamentos de dividendos complementares e a ratificação das deliberações do Conselho de Administração, *ad referendum* da Assembleia Geral

Ordinária, em reunião de 03/08/2012, de pagamento de dividendos à conta de lucros apurados no semestre encerrado em 30/06/2012, pagos na data de 07/08/2012, e desta data, de pagamento dos dividendos complementares referentes ao exercício de 2012, a serem pagos após a publicação do Balanço de 2012. Assim, por seus membros abaixo assinados, o Conselho Fiscal recomenda que os citados documentos sejam aprovados pelos acionistas na Assembleia Geral Ordinária.

Rio de Janeiro, 15 de janeiro de 2013

Antonio Carlos Dantas Mattos
Conselheiro

César Augusto Rabello Borges
Conselheiro

Paulo Sérgio Navarro
Conselheiro

Romualdo Ceslinski
Conselheiro

COMITÊ DE AUDITORIA - RESUMO DO RELATÓRIO DO EXERCÍCIO DE 2012

O Comitê de Auditoria da Brasilcap Capitalização S.A. é um órgão estatutário, de funcionamento permanente, subordinado ao Conselho de Administração da Companhia e constituído em conformidade com a Resolução Nº 118/2004, do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP).

Durante o exercício de 2012, o Comitê desenvolveu suas atividades de forma regular, como previsto na legislação e no seu regimento interno; reuniu-se periodicamente com o Conselho de Administração, Presidente e administradores das diversas áreas da Companhia e com os responsáveis pelas auditorias interna e externa; e analisou relatórios e outros documentos com o objetivo de determinar como os riscos inerentes às atividades da Companhia são identificados, monitorados e gerenciados.

O Comitê tomou conhecimento dos planos de ação oriundos dos trabalhos da área de controles internos, que se mostraram eficazes na mitigação dos riscos não desejados, minimizando a possibilidade de ocorrências de danos materiais e não conformidade com leis e regulamentos aplicáveis e está acompanhando o andamento dos trabalhos.

O Comitê também avaliou a efetividade das Auditorias Externa e Interna da Companhia, cujos trabalhos foram acompanhados durante todo o exercício encerrado em 31/12/2012, atendendo aos objetivos a que se destinam.

O Comitê de Auditoria revisou, previamente à publicação, as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício de 2012, elaboradas em conformidade com as instruções editadas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, inclusive notas explicativas, relatórios da administração e parecer, sem ressalvas, desta data, da KPMG Auditores Independentes, concluindo que tais documentos são adequados e foram produzidos de acordo com as normas legais vigentes.

Rio de Janeiro, 15 de janeiro de 2013

Alexandre Petrone Vilardi - Membro do Comitê

Murilo Francisco Barella - Membro do Comitê

PARECER ATUARIAL DO EXERCÍCIO DE 2012

De acordo com os princípios atuariais e legislações vigentes de capitalização, atestamos que as provisões técnicas do exercício de 2012 da Brasilcap Capitalização S.A. se encontram adequadas e em conformidade com as suas Notas Técnicas Atuariais, aprovadas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e consistentes com o relatório de Avaliação Atuarial.

Verificamos também que não há necessidade de constituição de provisão administrativa, de acordo com os critérios adotados pela

empresa e que a Provisão de Contingência de Sorteio terá continuidade no exercício de 2013, com base em metodologia descrita na Avaliação Atuarial. Não há fatos relevantes a declarar.

Rio de Janeiro, 15 de janeiro de 2013.

Jacqueline Marques Lana - Miba: 784

Gilberto Lourenço da Aparecida - Diretor

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

PRESIDENTE

Paulo Rogério Caffarelli

CONSELHEIROS

Valdir Moysés Simão

Luís Inácio Lucena Adams

Dyogo Henrique de Oliveira

Maria do Carmo Nabuco de Almeida Braga

Paulo Sérgio Freire de Carvalho Gonçalves Tourinho

DIRETORIA

PRESIDENTE

Marcio Lobão

DIRETORES

Gilberto Lourenço da Aparecida

Ana Júlia de Vasconcelos Carepa

CONTADOR

Jairton Cardoso Guimarães

CRC-RJ 077462/O-4

ATUÁRIA

Jacqueline Marques Lana

MIBA 784

BALANÇO SOCIAL ANUAL / 2012

1 - Base de Cálculo		2012 Valor (Mil reais)			2011 Valor (Mil reais)		
Receita líquida (RL)		636.210			550.348		
Resultado operacional (RO)		275.406			275.446		
Folha de pagamento bruta (FPB)		15.461			15.754		
2 - Indicadores Sociais Internos	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL	
Alimentação	2.158	13,96%	0,34%	3.318	21,06%	0,85%	
Encargos sociais compulsórios	7.037	45,51%	1,11%	7.786	49,42%	1,99%	
Previdência privada	291	1,88%	0,05%	253	1,61%	0,06%	
Saúde	2.854	18,46%	0,45%	3.286	20,86%	0,84%	
Segurança e medicina no trabalho	20	0,13%	0,00%	55	0,35%	0,01%	
Educação	26	0,17%	0,00%	56	0,36%	0,01%	
Cultura	187	1,21%	0,03%	195	1,24%	0,05%	
Capacitação e desenvolvimento profissional	313	2,02%	0,05%	407	2,58%	0,10%	
Creches ou auxílio-creche	149	0,96%	0,02%	236	1,50%	0,06%	
Participação nos lucros ou resultados	3.338	21,59%	0,52%	4.227	26,83%	1,08%	
Outros	629	4,07%	0,10%	776	4,93%	0,20%	
Total - Indicadores sociais internos	17.002	109,97%	2,67%	20.595	130,73%	5,27%	
3 - Indicadores Sociais Externos	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	
Educação	510	0,19%	0,08%	399	0,14%	0,10%	
Cultura	2.508	0,91%	0,39%	1.898	0,69%	0,49%	
Saúde e saneamento	93	0,03%	0,01%	92	0,03%	0,02%	
Esporte	471	0,17%	0,07%	350	0,13%	0,09%	
Combate à fome e segurança alimentar	-	0,00%	0,00%	45	0,02%	0,01%	
Outros	436	0,16%	0,07%	458	0,17%	0,12%	
Total das contribuições para a sociedade	4.018	1,46%	0,63%	3.242	1,18%	0,83%	
Tributos (excluídos encargos sociais)	143.786	52,21%	22,60%	146.062	53,03%	37,40%	
Total - Indicadores sociais externos	143.786	52,21%	22,60%	149.304	54,20%	38,23%	
4 - Indicadores Ambientais	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	
Investimentos relacionados com a produção/operação da empresa	1.674	0,61%	0,26%	896	0,33%	0,23%	
Investimentos em programas e/ou projetos externos	-	-	-	-	0,00%	0,00%	
Total dos investimentos em meio ambiente	1.674	0,61%	0,26%	896	0,33%	0,23%	
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa	(x) não possui metas () cumpre de 0 a 50%	() cumpre de 51 a 75% () cumpre de 76 a 100%	(x) não possui metas () cumpre de 0 a 50%	() cumpre de 51 a 75% () cumpre de 76 a 100%			
5 - Indicadores do Corpo Funcional							
Nº de empregados(as) ao final do período		206		238			
Nº de admissões durante o período		28		79			
Nº de empregados(as) terceirizados(as)		247		6			
Nº de estagiários(as)		7		12			
Nº de empregados(as) acima de 45 anos		56		63			
Nº de mulheres que trabalham na empresa		109		126			
% de cargos de chefia ocupados por mulheres		57,69%		54,30%			
Nº de negros(as) que trabalham na empresa		48		58			
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)		11,54%		14,30%			
Nº de portadores(as) de deficiência ou necessidades especiais		7		5			
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial		2012		Metas 2013			
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa		28,24		27.8368			
Número total de acidentes de trabalho		1		1			
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	() direção	(x) direção e gerências	() todos (as) empregados(as)	() direção	(x) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	(x) todos(as) empregados(as) + Cipa	() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	(x) todos(as) empregados(as) + Cipa	
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	() não se envolve	(x) segue as normas da OIT	() incentiva e segue a OIT	() não se envolve	(x) segue as normas da OIT	() incentiva e segue a OIT	
A previdência privada contempla:	() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)	() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)	
A participação dos lucros ou resultados contempla:	() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)	() direção	() direção e gerências	(x) todos (as) empregados(as)	
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	() não são considerados	() são sugeridos	(x) são exigidos	() não são considerados	() são sugeridos	(x) são exigidos	
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	() não se envolve	() apoia	(x) organiza e incentiva	() não se envolve	() apoia	(x) organiza e incentiva	
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	na empresa 120	no Procon 06	na Justiça 25	na empresa 120	no Procon 10	na Justiça 35	
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa 100%	no Procon 50%	na Justiça 20%	na empresa 100%	no Procon 40%	na Justiça 20%	
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):	Em 2012	336.187	Em 2011:	338.795			
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):		100,00%		100,00%			
Governo		39,67%		39,13%			
Colaboradores		10,73%		10,50%			
Acionistas		26,79%		18,92%			
Terceiros		1,00%		1,65%			
Retido		21,81%		29,80%			
7 - Outras Informações							

1- Brasilcap Capitalização S/A - CNPJ: 15.138.043/0001-05 - Setor econômico: Seguro, Previdência e Capitalização - Rio de Janeiro - RJ. 2- Para esclarecimentos sobre as informações declaradas: Ana Júlia de Vasconcelos Carepa - telefone: (21) 3804-2079 - email: desenvolvimentoempresarial@brasilcap.com.br. 3- Esta empresa não utiliza mão de obra infantil ou trabalho escravo, não tem envolvimento com prostituição ou exploração sexual de criança ou adolescente e não está envolvida com corrupção. 4- Nossa empresa valoriza e respeita a diversidade interna e externamente. 5- Este balanço social segue o modelo sugerido pelo IBASE. 6 - O relatório Informações de Natureza Social e Ambiental foi objeto de revisão de Auditoria Independente, conforme estabelecido na Resolução do Conselho Federal de Contabilidade - nº 1003/04. 7 - Contador: Jairton Cardoso Guimarães CRC-RJ 077462/O-4.